



SINT-IFESGO PROMOVE CAMPANHA POR ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A PROFISSIONAIS QUE ENFRENTAM A PANDEMIA

O Congresso Nacional está analisando a possibilidade de pagamento de adicional de insalubridade aos profissionais de saúde que estão enfrentando a pandemia da Covid-19. O objetivo é compensar e amenizar os possíveis danos causados pela infecção do novo coronavírus, uma vez que estes profissionais estão muito mais expostos à doença. Um dos dispositivos estudados é um projeto de Emenda à Medida Provisória nº 927, que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública. Ele prevê o pagamento de um adicional de 40% de insalubridade para todos os profissionais de saúde de todas as esferas (municipal, estadual e federal, do serviço público ou da iniciativa privada).

[SAIBA MAIS](#)

STF MANTÉM POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE SALÁRIOS POR ACORDO INDIVIDUAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA

Em julgamento por videoconferência concluído na sessão extraordinária desta sexta-feira (17), o Plenário negou referendo à liminar concedida no início do mês pelo ministro Ricardo Lewandowski e afastou a necessidade de aval dos sindicatos para o fechamento de tais acordos. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a eficácia da regra da Medida Provisória (MP) 936/2020 que autoriza a redução da jornada de trabalho e do salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho por meio de acordos individuais em razão da pandemia do novo coronavírus, independentemente da anuência dos sindicatos da categoria. Por maioria de votos, em julgamento realizado por videoconferência e concluído nesta sexta-feira (17), o Plenário não referendou a medida cautelar deferida pelo ministro Ricardo Lewandowski na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6363, ajuizada pelo partido Rede Sustentabilidade. Momento excepcional. Prevaleceu a divergência aberta pelo ministro Alexandre de Moraes.

[SAIBA MAIS](#)

AS PROPOSTAS DO CONSELHO POLÍTICO DA CTB DIANTE DA CRISE ECONÔMICA E SANITÁRIA

O Conselho Político da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, reunido virtualmente nesta segunda-feira 13 de abril, apresenta as seguintes diretrizes e encaminhamentos diante da crise da pandemia da COVID-19:

1. Manutenção do emprego (obrigatório para todas as empresas que receberam qualquer tipo de crédito, subsídio, isenção, etc.) e manutenção de, no mínimo, salário integral para quem recebe até R\$ 3.000,00; acima deste valor, as entidades sindicais devem lutar para aprovar no máximo um desconto de 50% e reposição parcial com o seguro-desemprego de valor maior. Das grandes corporações, como bancos, exigir a garantia da estabilidade durante a vigência da crise;

[SAIBA MAIS](#)

ADILSON ARAÚJO ELOGIA ARTICULAÇÃO POLÍTICA CONTRA MP 905 APÓS LÍDERES NO SENADO ADIAREM VOTAÇÃO

“O momento é de fortalecer nossa articulação política, dialogar e pressionar para evitar novos ataques aos direitos sociais e trabalhistas em um momento em que o povo brasileiro enfrenta a pandemia do coronavírus”, declarou Adilson Araújo, presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Nesta sexta-feira (17), a maioria dos líderes no Senado apoiou a decisão de retirar da pauta do dia a Medida Provisória 905. O argumento foi de que as votações priorizariam projetos relacionados ao combate ao coronavírus. A MP cria o contrato verde e amarelo e perde a validade na próxima segunda-feira, dia 20. O sindicalista, no entanto, pediu cautela: “Na segunda só vota se tiver acordo. O regimento prevê vários recursos. Como não tem acordo com a Câmara, (Davi) Alcolumbre conversou com (Rodrigo) Maia, que não aceitou revisar o texto. Diante do imbróglio, os indicadores elevaram as chances para que a matéria caduque. Todavia devemos seguir na luta”, complementou Adilson. Na opinião do deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA), o episódio foi mais uma derrota do governo do presidente Jair Bolsonaro.

[SAIBA MAIS](#)

GOVERNO AINDA TENTA ACORDO COM SENADO PARA APROVAR MINIRREFORMA TRABALHISTA DE BOLSONARO

O governo federal ainda tenta um acordo com o Senado para não deixar caducar a medida provisória do Emprego Verde e Amarelo, que reduz encargos para patrões que contratarem jovens no primeiro emprego e pessoas acima de 55 anos que estavam fora do mercado formal. Caso não seja votada até segunda-feira (20), a MP perde a validade. Se isso ocorrer, caberá ao Congresso definir, por meio de projeto de decreto legislativo, as regras para os atos ocorridos na vigência da medida, que tem prazo de 120 dias. Líderes partidários do Senado fecharam acordo nesta sexta-feira (17) para não votar a medida provisória. A rebelião é fruto principalmente dos ataques feitos pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, contra o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), porém, diz acreditar que ainda é possível tentar um diálogo com os senadores.

[SAIBA MAIS](#)

SINPRO GOIÁS SOLICITA IMEDIATA ABERTURA DE PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA PARA GARANTIR DIREITOS DA CATEGORIA

O Sindicato dos Professores do Estado de Goiás solicitou às entidades patronais (Sepe, Sinepe e Semesg) imediata abertura do processo de negociação coletiva com a finalidade de convencionar critérios para a normatização da MP 936 que prevê a redução de carga horário e salários.

[SAIBA MAIS](#)

PARA NOVO MINISTRO DE BOLSONARO, IDADE É O CRITÉRIO PARA DECIDIR QUEM SOBREVIVE

[SAIBA MAIS](#)

REFORMA TRABALHISTA: O QUE MUDA NO SISTEMA DE RELAÇÕES DO TRABALHO DO BRASIL

[SAIBA MAIS](#)

70% DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO EM SP EM 2019 FOI MORTA DENTRO DE CASA, REVELA BOLETIM SOU DA PAZ ANALISA

[SAIBA MAIS](#)



ALERTA!

O Governo Federal, através da portaria nº 9954, prorrogou o prazo para comprovação das despesas efetuadas pelo servidor até o último dia do mês de agosto de 2020.

Desta forma, os comprovantes dos planos de saúde devem ser entregues ao DP até o dia 31 de agosto de 2020, e não dia 30 de abril, como de costume.

PRAZO PRORROGADO!

SINT-IFESgo CTB UNIDADE PRA
FASUBRAE LUTAR!

[SAIBA MAIS](#)